

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.287.842 - MG (2018/0103403-0)

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**AGRAVANTE** : SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA  
**ADVOGADOS** : ALBERTO EUSTÁQUIO PINTO SOARES - MG028072  
EULER DE MOURA SOARES FILHO - MG045429  
RITA ALCYONE PINTO SOARES - MG056783  
ANDRE LUIZ LIMA SOARES - MG101332  
BAYARD PEIXOTO ALVIM - MG099283  
WANDERLEI JOSE RIBEIRO - MG118418  
JACKSON FREIRE JARDIM SANTOS - MG123907  
JUSSARA KATIA ARAUJO SILVA E OUTRO(S) - MG075695  
**AGRAVADO** : TENORYD KERR NEPPEL  
**ADVOGADOS** : NAIANY RAPHAELA COSTA SOUZA - MG127134  
VITOR BIZARRO FRAGA - MG103750N

### EMENTA

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/15). VIOLAÇÃO AO ARTIGO 1.022, DO CPC/15. OMISSÃO. AUSENTE. FUNDAMENTOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. DEFICIÊNCIA NA INDICAÇÃO DOS ARTIGOS DE LEI FEDERAL. AUSENTE A FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. AGRAVO CONHECIDO PARA, DESDE LOGO, NÃO CONHECER O RECURSO ESPECIAL.*

### DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA em face da decisão que negou seguimento a recurso especial, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do art. 105, III, da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, assim ementado:

*EMENTA: CIVIL- APELAÇÃO- AÇÃO DE COBRANÇA- SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT POR INVALIDEZ- ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DE 1997- PROPOSITURA DA AÇÃO EM 2011- PRESCRIÇÃO- AUSÊNCIA DE PROVA DA DATA DA CONSOLIDAÇÃO DAS LESÕES E DO GRAU DA PERDA FUNCIONAL DO MEMBRO LESADO- PERÍCIA*

# Superior Tribunal de Justiça

**JUDICIAL- NECESSIDADE- SENTENÇA CASSADA- RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.** -É de três anos o prazo prescricional para o ajuizamento de ação em que o beneficiário busca o pagamento de indenização referente ao seguro obrigatório por invalidez, decorrente de acidente ocorrido em 1997, nos termos dos artigos 206, § 3º, IX e 2.028 do CC e da Súmula 405 do STJ, contados da data da ciência inequívoca acerca de sua incapacidade, como prevê a Súmula 278 do STJ. -Se inexistem provas nos autos acerca da data em que a vítima tomou ciência inequívoca sobre sua incapacidade parcial e permanente e do grau da perda funcional do membro lesado, é necessária a produção de perícia judicial para averiguação acerca da data da consolidação das lesões, não podendo ser reconhecida a prejudicial de prescrição antes de tal indispensável comprovação, e para a comprovação do grau da perda funcional do membro lesado. -Recurso conhecido e provido em parte. Sentença cassada. (e-STJ, fl. 151)

No recurso especial, a agravante alega violação ao artigo 1.022, do CPC/15, sustentando que o acórdão recorrido não se manifestou sobre o documento de fl. 12, que, apesar de descrever uma fatura no membro inferior, não menciona o nome do agravado e a origem da lesão.

Defende que a prescrição é matéria de ordem pública, e pode ser alegada e conhecida em qualquer grau de jurisdição.

As contrarrazões não foram apresentadas.

É o relatório.

Passo a decidir.

O recurso especial não merece prosperar.

Primeiramente, cumpre esclarecer que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/15 e com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposto no Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

De início, a agravante aponta a tese de omissão, sustentando que o Tribunal de origem não se manifestou sobre o documento de fl. 12, que, apesar de descrever uma fatura no membro inferior, não menciona o nome do

# *Superior Tribunal de Justiça*

agravado e a origem da lesão. Alega, pois, malferimento do artigo 1.022, do CPC/15.

No tocante à alegada negativa de prestação jurisdicional, agiu corretamente o Tribunal de origem ao rejeitar os embargos declaratórios por inexistir omissão, contradição ou obscuridade no acórdão embargado, ficando patente, em verdade, o intuito infringente da irresignação, que objetivava a reforma do julgado por via inadequada.

A propósito:

***EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. ACOLHIMENTO. CUSTAS PROCESSUAIS. SUCUMBÊNCIA MÍNIMA. RESPONSABILIDADE INTEGRAL DA PARTE VENCIDA.***

***1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.***

***2. Verificada a sucumbência mínima, caberá à outra parte, por inteiro, responder pelas custas e honorários advocatícios.***

***3. Embargos de declaração parcialmente acolhidos.***

***(EDcl no AgRg no REsp 1448042/PR, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se)***

***RECURSO ESPECIAL - NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL - INOCORRÊNCIA (...)***

***1. Os embargos de declaração consubstanciam-se no instrumento processual destinado à eliminação, do julgado embargado, de contradição, obscuridade ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo Tribunal, não se prestando para promover a reapreciação do julgado. (...)"***

***(REsp 1.134.690/PR, Rel. Ministro Massami Uyeda, Terceira Turma, julgado em 15/02/2011)***

No caso dos autos, o acórdão proferido pelo Tribunal de origem foi claro ao examinar toda a matéria de direito suscitada pela agravante, desse modo, embora rejeitados os embargos de declaração opostos, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da recorrente.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Nesse sentido, houve a seguinte manifestação do Tribunal de origem quanto à omissão apresentada:

*Dessa forma, estão prejudicadas as análises das alegações de que o fim do tratamento teria se dado em 1998, bem como sobre a necessidade de complementação da Perícia. Outrossim, no que tange à análise do documento de fl. 12, que apesar de descrever uma fatura no membro inferior, não menciona o nome do Autor e a origem da lesão, remanesceu fundamentadamente decidido que os dados ali postos são compatíveis com as informações apuradas sob o crivo do contraditório, razão pela qual não devem ser desconsideradas:*

*"Ao exame verifico que a lesão descrita no documento de fl.12-TJ, é compatível com os fatos constantes das informações prestadas à fl. 11-TJ, bem como com o Laudo Médico Pericial produzido sob o crivo do contraditório, acostado à fl 102-TJ, que apurou lesão parcial incompleta do membro inferior esquerdo do Autor no percentual de 50% (cinquenta por cento)." (Fl. 234 verso- Destacamos).*

*Portanto, não há vício quanto a esse ponto também. (e-STJ, fl. 353 - grifou-se)*

Na espécie, o Tribunal de origem foi expresso ao examinar todos os pontos declarados omissos pela agravante, tanto que ponderou que o documento foi examinado sobre o crivo do contraditório, o que não permite a sua desconsideração.

Logo, ausente qualquer omissão no acórdão recorrido.

Consoante a jurisprudência desta Corte, o órgão julgador não está obrigado a se manifestar sobre todas as teses apresentadas durante um processo judicial, bastando que as decisões estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inciso IX, da Constituição Federal.

Assim já se decidiu em diversos julgados, dentre os quais:

**PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE POR ESTA CORTE. O ÓRGÃO JURISDICIONAL**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**NÃO ESTÁ OBRIGADO A SE PRONUNCIAR SOBRE TODOS OS ARGUMENTOS SUSCITADOS PELAS PARTES SE IMPERTINENTES À SOLUÇÃO DA QUESTÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA. MÉRITO DO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PEÇA FACULTATIVA. IMPRESCINDIBILIDADE À SOLUÇÃO DA CONTROVÉRSIA. FORMAÇÃO DEFICIENTE. AGRAVO IMPROVIDO.**

(...)

***II. O órgão julgador, como acentuado pelo entendimento pretoriano, não é obrigado a se pronunciar sobre todos os temas, mas apenas acerca daqueles relevantes e aptos à formação de sua convicção.***

(...)

***V. Agravo improvido.***

***(AgRg no Ag 1232500/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Junior, Quarta Turma, DJe 06/09/2010 - grifou-se)***

Sobre a divergência jurisprudencial, neste ponto, cabe ressaltar que deve a recorrente indicar o dispositivo aplicado de forma distinta entre tribunais, sob pena de fazer incidir o óbice da Súmula 284/STF (AgRg no AREsp 91186/RJ, QUARTA TURMA, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 18/06/2014 e RCD no REsp 1187984/PI, TERCEIRA TURMA, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 18/06/2014).

Adverta-se, por fim, que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo n. 3/STJ.

**Ante o exposto, conheço o agravo para, desde logo, não conhecer o recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**